

COLEÇÃO MULHERES POR REPARAÇÃO DAS DÍVIDAS SOCIAIS

# DIREITO À MORADIA E À CIDADE



CARTILHA 1





Realização



Parceria



Apoio



Cofinanciado pela  
União Europeia

*O conteúdo desta publicação, que teve sua 1ª edição em 2021, é de responsabilidade exclusiva da Rede Jubileu Sul Brasil e Rede Jubileu Sul/Américas. Não necessariamente representa o ponto de vista dos apoiadores, financiadores e co-financiadores: Instituto de Relações Exteriores – IFA, Ministério das Relações Exteriores Alemão, Programa de Financiamento Zivik, Catholic Agency for Overseas Development (CAFOD), DKA Áustria - Agência de cooperação de Katholische Jungschar e União Europeia.*



## JUBILEU SUL BRASIL

### ORGANIZAÇÃO E PRODUÇÃO

Alessandra Miranda, Gorete Gama, Iara Fraga, Marcela Vieira, Marcelo Edmundo, Mariana Duque, Nenzinha Ferreira, Sandra Quintela

### REDAÇÃO

Alessandra Miranda  
Iara Fraga Nenzinha Ferreira  
Sandra Quintela  
Francisco Vladimir  
Igor Moreira

### REVISÃO

1ª edição: Maria Cláudia Pereira  
2ª edição: Alessandra Miranda, Rosilene Wansetto, Sandra Quintela, Solange Dacach

### COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO

Jucelene Rocha

### ASSISTENTE DE COMUNICAÇÃO

Flaviana Serafim

### ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DIGITAL

Natasha Cruz

### PROJETO GRÁFICO E ILUSTRAÇÃO

Rachel Gepp

### DIAGRAMAÇÃO 2ª EDIÇÃO

José Bruno Lima

### FOTOGRAFIAS

Acervo Coletivo Quilombo da Gamboa  
Acervo Movimento dos Conselhos Populares (MCP) Fortaleza (CE)  
Leonardo Mota Parcerias  
Central de Movimentos Populares (CMP)  
Semana Social Brasileira (SSB)  
Acervos pessoais

### CONTATO

E-mail: [secretaria@jubileusul.org.br](mailto:secretaria@jubileusul.org.br)

*Tiragem 2ª edição - 1000 unidades*

2022

## APRESENTAÇÃO



Sonhamos com um mundo em que as instituições públicas e a sociedade civil apoiem as soluções pacíficas geradas pelos setores populares nos conflitos urbanos, com vistas à plena efetivação do direito humano à moradia digna, conforme preceitua a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Constituição Brasileira. Para chegar a esse mundo, algumas alterações estruturantes são fundamentais. Em 2021 iniciamos a Sinergia Popular: Moradia é um direito social – despejo não. Agora damos continuidade a essa iniciativa que ganhou novo nome: Ação Mulheres por reparação das dívidas sociais e segue atuando junto a situações de conflitos e ameaças constantes à integridade das pessoas excluídas do direito à terra para produção, ao teto para moradia e ao trabalho.

Esse modelo, que exclui e concentra tem seu alicerce no sistema de endividamento e gera uma dívida social, que incide na falta de acesso à moradia, e a outros direitos básicos, por privilegiar banqueiros e ricos e não as pessoas em situação de pobreza e vulnerabilidade.

É imprescindível ampliar a resiliência das comunidades populares nos centros urbanos do país. Nesse sentido, esta ação Mulheres por Reparação das Dívidas Sociais trabalha em sinergia para fortalecer as ações nesta temática do direito à moradia em cidades de seis estados: Amazonas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, com foco prioritário no trabalho com mulheres, jovens e crianças.

Como parte desse processo apresentamos a 2ª edição da Cartilha 1: “O direito à moradia e à cidade”. A publicação teve sua primeira edição em 2021. Esse conteúdo faz parte da Coleção Mulheres por Reparação das Dívidas Sociais, composta por seis cartilhas, cujo objetivo central é aprimorar os processos de formação das lideranças populares.

Nosso desejo é que as cartilhas sejam instrumentos importantes na articulação, mobilização e formação das lideranças. Nesta edição disponibilizamos informações, experiências, dados e elementos sobre os limites do acesso à moradia no Brasil. Em cada cartilha traremos o reconhecimento e a homenagem às mulheres, que são testemunho de luta na organização popular.

Que esta cartilha possa ser ferramenta de estudo e diálogo sobre a defesa dos direitos, garantindo formação e incidência nas temáticas, por parte das pessoas atingidas, além de mobilizar a sociedade para somar na luta em favor da vida, por reparação das dívidas sociais e para a construção de políticas públicas, que atendam o direito à moradia.

**BOM APRENDIZADO!**



### **MARY MONA KELY (IRMÃ MONA)**

Freira Missionária de Nossa Senhora participou com as famílias da ocupação da comunidade do Pici, Fortaleza (CE), em 1990. Morou na casa onde funcionou a primeira Associação dos Moradores do Planalto Pici (AMOCAP). A congregação religiosa que Irmã Mona pertencia e onde esteve até o ano de 2012 fundou, com as mulheres da comunidade, o Grupo de Desenvolvimento Familiar (GDFAM). Mulher lutadora esteve na luta pela regularização fundiária realizando trabalho de base comunitária. O seu testemunho de luta, por moradia e por justiça, ficará em nossos territórios do coração. Irmã Mona faleceu em janeiro de 2021.



### **ANAZIR MARIA DE OLIVEIRA (DONA ZICA)**

Nascida em Manhumirim (MG), no dia 20/06/1933. Graduada em Serviço Social e Pedagogia. Militante dos movimentos sociais e populares foi membro da Coordenação Estadual da Central de Movimentos Populares (CMP). Fundadora do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas do Município do Rio de Janeiro e atuante em movimentos de mulheres, em especial as mulheres negras. Dona Zica coordenou a Pastoral Afro-brasileira da Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro. Dona Zica, mulher de luta!



### **(BAIANA) LUCINÉIA FERREIRA LIMA**

Mãe de três filhos foi uma mulher lutadora pelo direito à moradia. Forte Liderança na ocupação José de Alencar, em Manaus (AM). Sempre preocupada com a garantia da moradia para todos. Baiana foi assassinada e decapitada juntamente com um dos filhos de 19 anos. Uma mulher sem estudo, mas com sabedoria de vida e organização coletiva. Na comunidade Cemitério Indígena negou as exigências do tráfico. Após recusar-se a guardar as armas dos traficantes, eles a mataram e ocuparam a sua casa. Ela dizia: “o povo tem que ter casa, não importa, tem que ter casa pra todo mundo e se não tem a gente ocupa”. Baiana presente!





## RENATA SANTOS DE OLIVEIRA

Mulher negra de Belo Horizonte (MG) nasceu em 04 de junho de 1991. Mora na Ocupação Vitória. Para ela morar e viver com dignidade é um direito. “Quando a gente vê as necessidades vê que temos que aprender como funcionam os mecanismos para saber qual arma usar. A luta me ensina muito sobre o coletivo. Não existe “eu” no território, não existe “eu” no mundo ou na sociedade, não existe “eu” mulher, só existe “nós”, e tudo o que for feito deve ser feito para todos. É isso que me motiva a lutar pelo meu povo, o povo pobre e preto, o que mais morre, o menos assistido e o mais carente”. Renata luta por reparação histórica, em todas as questões, que considera um direito, principalmente das mulheres.



## SHEILA MOTTA

Liderança comunitária e feminista nascida em Porto Alegre (RS). Mãe de 10 filhos, catadora, lutadora incansável contra o machismo e o patriarcado. Defensora do acesso aos direitos sociais lutava contra as violências e arbitrariedades do Estado. Participou do Comitê Popular da Copa (POA); da organização do movimento Vila Dique Resiste; de inúmeros debates e atos junto aos movimentos sociais. Organizou ocupações e trancamentos de rodovias, atuando por anos na linha de frente contra às remoções forçadas. Fez parte da construção do Fórum de Catadores e do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto do Rio Grande do Sul (MTST/RS). Moradora da Vila Dique, morreu aos 48 anos (29/04/2019), deixando as companheiras com quem lutou para garantir o direito à moradia.



## MÁRCIA MARIA FERREIRA DE BRITO

Nascida em Salvador (BA), em 25 de junho de 1964. Concluiu o ensino médio aos 16 anos e a graduação aos 23. Sua carreira no magistério começou muito cedo, aos 15 anos, com as crianças que moravam na vizinhança. Aos 21 anos foi iniciada no Candomblé para o Orixá Ogum. Em 2018, sua mãe biológica, Iyá Valdete de Ewá, retornou para o Orun (falecimento) e os Orixás a escolheram como sucessora. Tomou posse no Ilê Axê Ewá Olodumare e ficou conhecida como Iyá Márcia d’Ògún. Sua inteligência e dedicação lhe rederam uma bolsa de estudos internacional na King’s School of London aonde aprofundou conhecimentos da língua inglesa. Hoje se dedica à religião e à luta contra o racismo, especialmente o racismo religioso. Sua voz ecoa em palestras no Brasil e pelo mundo.



## DESIGUALDADES E CONFLITOS POR MORADIA NO BRASIL

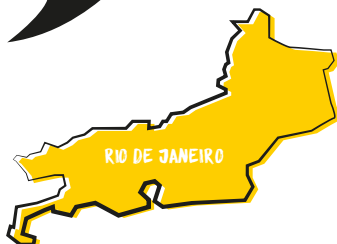
Os conflitos em torno do acesso à terra e à moradia digna ocorrem no país, por várias décadas, sendo acentuados com a explosão da urbanização no Brasil que, nos últimos cinquenta anos, passou de 56% de população urbana para 85% de acordo com a Síntese de Indicadores Sociais 2015, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nos últimos anos, o país conviveu com o aumento da desigualdade social e da concentração de renda e de terra. Em 2019, 13,7 milhões de pessoas, equivalentes a 6,5% da população, viviam abaixo da linha da pobreza. A desigualdade é maior entre as pessoas autodeclarada pardas ou negras e atinge principalmente as mulheres e as/os jovens. A situação se agrava nas áreas metropolitanas, pela pressão dos grandes empreendimentos e da especulação imobiliária, que empurram as populações pobres para as periferias.

## OLHANDO PARA OS TERRITÓRIOS

O Rio de Janeiro (RJ) replica o contexto histórico brasileiro em que o Poder Judiciário, Poder Público e os proprietários desabrigam famílias em razão dos megaeventos e megaprojetos. Cenário intensificado pela realização, em especial, dos jogos Pan-Americanos em 2007, da Copa em, 2014 e das Olimpíadas em 2016. São pessoas sem teto, locatários, sem-terra e povos tradicionais removidos de suas moradias, muitas vezes de forma violenta, com o uso da força policial. Levantamento do Observatório das Metrópoles do IPPUR/UFRJ aponta 93 casos de conflitos urbanos no município envolvendo 9.217 famílias, a maioria (87 casos) caracterizada como ameaças de remoções. Na promoção de ações destacam-se os agentes privados, responsáveis por 55 dos 87 casos, que levam à insegurança da posse.

*Os megaprojetos podem ser compreendidos como iniciativas políticas que promovem impactos socioambientais, não respeitam direitos fundamentais dos povos tradicionais, além de não envolver populações impactadas nas esferas de decisão sobre o futuro de suas vidas.*



Esses agentes privados incluem: empresas imobiliárias, construtoras, proprietários, segu-

rança privada, milícias e especuladores. O poder público é responsável por 32 casos, nos quais a média de famílias ameaçadas é bem superior aos divulgados por agentes privados.

*As comunidades acompanhadas no estado do Rio de Janeiro são: Ocupação Quilombo da Gamboa, ocupação Vito Giannotti, comunidade do Horto Florestal e comunidade do Jardim Botânico, na capital e Assentamento dos/as Trabalhadores/as Sem Terra/Plano de Desenvolvimento Sustentável Osvaldo de Oliveira, em Macaé.*



Em Manaus (AM), outro território de atuação, as reintegrações de posse, nos últimos dez anos, revelam o drama da negação e da violação de direitos, onde o movimento popular sofre pressão por sua atuação na defesa dos Direitos Humanos, na luta pela terra e habitação saudável, a exemplo da ação no despejo da ocupação José de Alencar, de 3.000 (três mil) famílias, em 2011.

Outro despejo foi o da ocupação Cidade das Luzes com 5.000 famílias, em 2015; e a desocupação da ocupação Monte Horebe com 6.000 famílias, recentemente, em 2020. Esses moradores têm sido tratados como “criminosos”.

*As comunidades acompanhadas no Amazonas ficam em Manaus: Coliseu I, Coliseu II e Coliseu III, Prédio Alcir Matos.*



Na cidade de Fortaleza (CE), observamos profundas marcas de segregação socioespacial. A maioria da população, de 2,5 milhões de habitantes, vive em bairros considerados “periféricos” – mesmo quando estão em “áreas centrais” ou próximos a zonas ricas da cidade, realçando os contrastes sociais. Essa separação aparece nos números. Em 2012, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Fortaleza tinha uma demanda habitacional de 120.000

moradias. As favelas costumam surgir em ocupações de terrenos públicos ou privados, tornando-se alternativa de moradia para uma população que aumentou cinco vezes nos últimos 60 anos.

Os intensos conflitos sociais vividos em Fortaleza são de três ordens: ocupações, remoções e Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). Essas formas se manifestam mais intensamente em territórios litorâneos, perto do mar e de valorização econômico-imobiliária, afetando principalmente a vida das mulheres, sobretudo as que

*De acordo com o relatório anual da ONG Global Witness 24 ativistas foram assassinados no Brasil em 2019, quatro a mais que em 2018. Na frente estão Filipinas, com 43 assassinatos e Colômbia, com 64.*

são chefes de família. As ocupações se consolidaram como uma forma de conseguir lugar para morar e muitas resultam em conflitos fundiários.

*As comunidades acompanhadas no Ceará são: Conjunto Palmeiras — comunidades Jangurus-su, Santa Filomena e Conjunto Palmeiras — Planalto Pici, Ocupação Raízes da Praia, que ficam na capital e Ocupação Zona Vitória, que fica no distrito de Croatá, em São Gonçalo do Amarante (CE).*



Belo Horizonte (MG), com população estimada em 2.530.701 habitantes (IBGE, 2020) e concentração urbana de 98,1%, Belo Horizonte é a terceira do país nesse quesito, apresentando um déficit habitacional em 2010 de 10,3%, correspondente a 78.340 unidades, enquanto na Região Metropolitana chegava a 9,1% em 2015 (CMBH, 2020). Foram registrados 336 assentamentos precários que abrigam em torno de 480 mil habitantes e representam quase 20% da população. Entre esses, 118 (cento e dezoito) foram considerados de interesse social pelo Plano Diretor (Lei 11.181/2019). O contexto imobiliário de Belo

Horizonte é marcado pela especulação imobiliária, com muitos imóveis (casas e lotes) vazios, inclusive na região central da cidade, o que expressa a necessidade de fortalecimento das políticas de moradias e de acesso à cidade. Em 2015, a quantidade de imóveis vazios era de 190.238 na RMBH (FJP, 2015).

*As comunidades acompanhadas em Minas Gerais ficam em Belo Horizonte: Ocupação Vitória, Ocupação Fábio Alves, Ocupação Alto das Antenas.*



O município de Salvador (BA) tem uma população estimada de 2.900.319 habitantes (IBGE, 2021), com um déficit habitacional de 107.068 imóveis na Região Metropolitana (FJP, 2019) e 14 assentamentos precários no Centro Histórico ocupados por mais de duas mil pessoas (Movimento Sem Teto da Bahia, 2019). Os principais conflitos urbanos estão relacionados ao embate com o setor imobiliário e à precarização das áreas em que habitam as pessoas que não dispõem de recursos econômicos para aquisição de moradias.

*As comunidades acompanhadas na Bahia ficam em Salvador: Centro Antigo; Boa Vista de Valéria, Movimento Cultural de Águas Claras - MOCA; Valéria- Mulheres e Políticas Públicas (MUPPS).*

A Região Metropolitana de Porto Alegre (RS) engloba 34 municípios e é a quinta mais populosa do país, estimada em 4.340.733 habitantes (IBGE, 2019), com taxa de urbanização de



97%. Em 2015 a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) apresentava um déficit habitacional de 96,6 mil moradias (ObservaSinus) e, em 2017, mais de 130 mil pessoas viviam em condições precárias de habitação, 53 mil sofriam com o ônus excessivo do aluguel e 58 mil habitavam residências com adensamento excessivo (PNAD/IBGE).

*As comunidades acompanhadas no Rio Grande do Sul são: Vida Nova, Cidade Nova, Ipê São Borja.*

Olhando os territórios citados acima percebemos que há uma violência crescente na gestão dos conflitos, no campo e na cidade, inclusive com ameaças e assassinatos de lideranças, muitas vezes por milícias, a serviço de proprietários. O Brasil ocupa a segunda posição no ranking de países com maior número de ativistas executados. O ano de 2020, analisado na pesquisa “Última linha de defesa”, foi o mais letal desde o início do levantamento em 2012. Foram assassinadas 227 pessoas, uma média de quatro mortes por semana, enquanto tentavam defender seus territórios, o direito à terra, aos seus meios de subsistência e ao meio ambiente.

## LUTAS, AFETOS E ARTICULAÇÃO POPULAR

*"A gente traz à memória tantos momentos que a gente viveu. Nossa articulação faz com que a gente possa avançar ainda mais na nossa luta e na nossa resistência. A gente recebe diversas notícias, acompanhou nas redes sociais, esse ataque que a gente já conhece contra as defensoras e defensores dos direitos humanos, e aí um reflexo muito grande em quem vive essa luta cotidiana nas periferias, quem vive todo dia tentando sobreviver, então a gente imagina que as coisas não vão ser tão boas, mas mesmo assim a gente já está produzindo uma contramaré, a gente já está conseguindo ir se refazendo, ir nos reconstruindo nesse pequeno período de tempo mas que eu acho que já é um reflexo positivo para o futuro. E aí eu sou, particularmente uma pessoa que tento sempre alimentar minha fé através das minhas crenças, daquelas coisas que eu acredito, então, para além de ter a fé em Deus, que está monopolizada, e que quando a gente vai falar de Deus tem que falar muito bem em qual deus acredita, e eu acredito num Deus que é libertador. Eu também tenho fé na natureza, eu também tenho fé nos orixás, eu também tenho fé na vida que pulsa na negritude, na mulher, nas favelas, nas pessoas que eu convivo, eu tenho fé na humanidade e eu sei que a gente vai vencer, então, é assim a nossa luta por direito, nossa luta pela terra, nossa luta pelo direito à cidade é sempre renovada com a nossa esperança. Que a gente tenha muita perseverança!"*



**ADRIANA GERÔNIMO, COMUNIDADE FRENTE DE LUTA  
POR MORADIA, FORTALEZA (GE)**

DESPEJO  
NÃO!

Faça xerox e dispute as ruas com essa ideia!



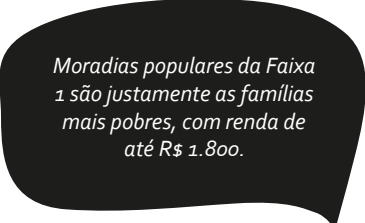
MORADIA É  
UM DIREITO  
SOCIAL!

## RECONHECENDO OS DIREITOS

A introdução de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), nos zoneamentos das cidades, as políticas de regularização e urbanização de favelas e a promulgação de legislações específicas contendo instrumentos de regularização e de reconhecimento dos direitos de posse, de moradores de assentamentos informais, se generalizaram no país, principalmente a partir de sua incorporação no Estatuto da Cidade (2001). Embora, aparentemente, isso pudesse significar que a partir daí as cidades brasileiras caminhariam nessa direção, a luta cotidiana dos assentamentos informais e as ocupações no país, para resistir às remoções forçadas e se integrar definitivamente à cidade, é bem mais complexa e contraditória.

A política habitacional atual é concebida como elemento de dinamização econômica para enfrentar uma possível crise e gerar empregos, sem qualquer articulação com uma política de ordenamento territorial e fundiária que lhe dê suporte, especialmente no que se refere à disponibilização de terra urbanizada para a produção de moradia popular.

O veto de Jair Bolsonaro a recursos para a habitação no Orçamento de 2021 paralisou 200 mil obras de moradias populares da Faixa 1 do antigo Programa Minha Casa Minha Vida. O corte de R\$ 1,5 bilhão do Fundo de Arrendamento Residencial, que financia as obras do programa habitacional voltadas às famílias de baixa renda, praticamente zerou seus recursos. Estes vetos e cortes são um impacto social importante para quem não tem um teto, o que em nossa concepção aumenta a dívida social com a parcela mais vulnerável da sociedade, os mais pobres. O investimento do governo federal em 2021 com habitação ficou em 0,001% do orçamento executado.



*Moradias populares da Faixa 1 são justamente as famílias mais pobres, com renda de até R\$ 1.800.*

Por outro lado, grandes projetos – entre operações urbanas e obras de preparação das cidades como vimos para a Copa do Mundo, e as Olimpíadas – abrem frentes de expansão imobiliária e atraem investimentos e para essa implementação, o governo flexibiliza normas e leis. Os megaeventos marcaram, simbólica e concretamente, a entrada das cidades do país no circuito dos territórios globais, conforme as reflexões de Raquel Rolnik, estudiosa do direito à cidade. (Blog da Raquel Rolnik - A cidade é nossa)



## MULHERES: DIREITO À CIDADE

Por muito tempo as mulheres foram consideradas, pelo ordenamento jurídico brasileiro, objeto de tutela e não sujeitos de direitos. A violência contra as mulheres tem como consequência a naturalização da falta de acesso à cidade e ao espaço público. Essas discriminações produzem distintas vivências no habitar das cidades afetando a vida de quem tem, ou não, acesso aos empregos, espaços, políticas e equipamentos públicos. As lutas por direitos lideradas por mulheres têm incorporado os temas urbanos e o direito a uma cidade inclusiva. É por isso que a forma de habitar as cidades, pelas mulheres, é desigual e têm graves consequências para as suas vidas. Mesmo realizando as mesmas atividades que os homens, ainda recebem menores salários. Mesmo trabalhando fora de casa, muitas mulheres realizam sozinhas as tarefas domésticas e os cuidados com a educação e a saúde das suas crianças e adolescentes.



**LEIA MAIS!**

[https://www.cartacapital.com.br/sociedade/  
mulheres-e-cidades-o-8-de-marco-e-o-direito-a-vida-urbana/](https://www.cartacapital.com.br/sociedade/mulheres-e-cidades-o-8-de-marco-e-o-direito-a-vida-urbana/)



## FORTALEZA: DAS REMOÇÕES AO FORTALECIMENTO POPULAR

As “remoções” de comunidades já consolidadas são espaços de conflitos desde muitos anos, porém, quando Fortaleza foi cidade-sede da Copa do Mundo em 2014, os despejos violentos e os conflitos aumentaram. Nesse contexto de conflitos por espaço e moradia, contra a segregação e a negação do direito à cidade surgiram, nos últimos dez anos, vários movimentos sociais. Estes movimentos demarcaram o cenário político e cultural da cidade, entre eles, o Movimento dos Conselhos Populares (MCP), que se organiza desde 2005, como uma rede de coletivos organizados através de conselhos populares em bairros e comunidades.

A resistência contra as remoções marca a trajetória do MCP e de outras organizações populares na cidade. Através da construção dos Conselhos Populares nos bairros, buscam criar formas de lutar coletivamente pelos seus direitos. Com resistência, mobilização e organização de moradores/as de ocupações de terra, o MCP também luta por trabalho e participação popular nos espaços de decisão política dialogando com os temas da educação, saúde e produção.

O Plano Diretor Participativo de Fortaleza (2009) instituiu as ZEIS, depois de muita mobilização de moradores e moradoras que sofrem pressão imobiliária, déficit habitacional e de infraestrutura e falta de regularização fundiária.

“Nossa ocupação (Pici) foi feita por famílias que moravam de aluguel, pessoas que vinham do interior do Ceará e que também moravam perto daqui (de onde, precisamos situar antes). O pessoal ocupou pelo direito de ter moradia e construíram seus barracos. Teve os mutirões. Fruto da organização e da luta. Teve momentos que a gente ia ser expulso desse local, muita luta, a gente foi se ajudando”. Hoje o Planalto Pici conta com 51.921 moradores (Censo 2010), sendo destas 4.153 pesso-

as de 10 a 14 anos. O território (ocupação) conta com 25 mil moradoras e moradores – formando as ZEIS.

O Planalto do Pici é uma das diversas ocupações em terreno público existentes na cidade de Fortaleza que ainda não teve a sua situação fundiária regularizada, sendo esta uma das principais lutas sociais da comunidade.

*"Nossa comunidade é fruto de uma luta de mulheres, a gente se reuniu, lutou para poder ficar no terreno, fizemos mutirões, construímos uma escola de educação infantil, também um trabalho de evangelização aqui na comunidade junto com o grupo de mulheres e as irmãs, que nos apoiaram tanto. E a gente continua nessa caminhada hoje. Luta pela regularização fundiária, implantação da ZEIS do Pici. A peleja continua: mil reuniões, audiências, muita organização, articulação e pressão para conseguir participar, tentar influir no planejamento urbano da cidade que é para ser nossa. Muito esforço para pouco resultado".*

**(CÍGERA DA SILVA MARTINS)**



**ACERVO MCP FORTELEZA**



## DO QUILOMBO DAS GUERREIRAS AO QUILOMBO DA GAMBOA E UMA EXPERIÊNCIA DE RESISTÊNCIA

As ocupações de imóveis vazios na região central do Rio de Janeiro pode ser uma das mais fortes expressões de resistência popular, frente às violações de direitos provocadas pelo Estado. Ocorrida em 2006, quando aproximadamente 50 famílias ocuparam o antigo prédio de engenharia da Cia Docas, abandonado há mais de vinte anos, a Ocupação Quilombo das Guerreiras, dá a dimensão dessa resistência e da luta pelo direito à moradia digna e à cidade.

Com autogestão, os moradores e moradoras da Ocupação experimentaram o viver em coletividade achando soluções para as questões cotidianas da ocupação e construindo a identidade coletiva. Assim também o sentimento de pertencimento ao lugar, como o próprio nome indica.

Em 2009, com o início do projeto de reurbanização da região portuária, a Operação Urbana Consorciada do Porto do Rio de Janeiro, somada a preparação da cidade para sediar os jogos mundiais (Copa do Mundo, 2014 e Jogos Olímpicos em 2016), as famílias passaram a sofrer pressão por parte da prefeitura para deixar o prédio, com a justificativa de que o mesmo seria transformado em alojamento para as equipes dos eventos esportivos.

Diante das pressões, e para contrapor uma provável remoção, as famílias e os movimentos populares passaram a discutir e a exigir que a prefeitura garantisse outros imóveis na região portuária. Imóveis possíveis de serem transformados em habitação de interesse social. Assim, inicia-se o processo de repasse de 6 (seis) terrenos localizados na Via Binário do Porto e a inserção das famílias no Programa Federal Minha Casa, Minha Vida.

**NESTA OCUPAÇÃO NÃO HÁ LIDERANÇA. TODO MORADOR, SEM EXCEÇÃO TEM O DIREITO DE VOZ E VOTO, OU SEJA, O COLETIVO É SOBERANO NAS DECISÕES TOMADAS EM ASSEMBLÉIA.**

OCUPAÇÃO QUILOMBO DAS GUERREIRAS

Desta forma nasceu o Coletivo Quilombo da Gamboa, composto por 116 famílias e coordenado pelos movimentos populares, tais como, Central de Movimentos Populares (CMP) e União por Moradia Popular (UMP). Com o golpe parlamentar de 2016, o Coletivo, como tantas outras experiências de autogestão pelo Brasil, per-



### FOTOS: ACERVO COLETIVO QUILOMBO DA GAMBOA

deu os recursos e tem os processos de cessão dos terrenos paralisados nos órgãos oficiais. Outros desafios, dizem respeito ao traçado de outras estratégias para enfrentar os impactos do novo cenário político e o de garantir que os ganhos até então alcançados não sejam retirados.

Atualmente, o Coletivo conta com uma rede de parceiros que colaboram e apoiam a luta pelo direito à moradia, dentre os quais, a ONG Teto; o Observatório das Metrôpoles; o Coletivo Mais Amor, Menos Capital; a UNEGRO Caxias e o Núcleo de Assistência Jurídica (NAJUP). O apoio se consolida na região, como ato de resistência popular frente às violações de direitos humanos, ao atuar junto à rede sócio territorial da região central da cidade.

Para garantir a organização coletiva, as famílias reuniam-se uma vez por mês, mas com a pandemia, passaram a interagir por meio das redes sociais (grupo de whatsapp) e em alguns momentos presenciais.

Atualmente moram na área 15 famílias, sem condições de manter a despesa com

aluguel. Entre elas, 10 (dez) moram em casas de madeiras construídas em regime de mutirão com a ONG Teto, assim como foi construída a cozinha comunitária. Banheiros coletivos e um espaço multiuso estão em fase de conclusão. No dia a dia constrói-se a identidade coletiva do Quilombo das Guerreiras.

## MANAUS: POVOS INDÍGENAS EM LUTA POR MORADIA

A ocupação Cemitério dos Índios fica em um sítio arqueológico, considerado o maior da América Latina, protegido por lei, à beira da Avenida Curaçao, em Manaus (AM). No local vivem aproximadamente 730 moradores, dos quais 310 são indígenas das etnias Ticuna, Kokama, Apurinã e outras.



FOTO: LEONARDO MOTA

Infelizmente, em 2021, três caciques da localidade, que atuavam como lideranças indígenas na região, foram assassinados. Segundo depoimentos de familiares e moradores à época dos crimes, os três recusaram-se a facilitar atividades criminosas na ocupação. É uma área que os traficantes invadem para expandir os seus negócios.

A comunidade clama por segurança e pela atuação do poder público para resolver a situação, além do direito à terra ocupada. "Eles querem controlar a comunidade. Querem vender drogas aqui dentro. Estão sempre à paisana, fazendo ameaças. Da

última vez que estiveram aqui, disseram que iam matar os indígenas e todo mundo que estivesse com eles”, disse uma moradora que não quis se identificar.

Em setembro de 2018, o Ministério Público Federal ingressou uma ação civil pública para garantir a proteção do parque arqueológico requerendo a desocupação da área, o que foi acatado em decisão judicial de 04 de dezembro de 2018. A notificação foi entregue aos representantes dos ocupantes em 18 de dezembro.



**FOTO: LEONARDO MOTA**

O Cacique “Onça Preta”, da etnia Mura, afirmou: “estamos ocupando porque é uma área federal. Um lugar nosso. Os povos de outros lugares como venezuelanos e haitianos vieram e foram atendidos com casas para morar. Por que nós, povos indígenas, não temos a mesma oportunidade? ”.

Segundo Cristiane Sales, liderança do Movimento Orquídea, a ocupação Cemitério Indígena reúne as famílias mais carentes, mais segregadas, isto é, ficam nos piores lugares (no fundo). As áreas da frente são reservadas para a venda, onde quem comanda as guarda vendendo-as a preços exorbitantes. O povo que precisa da terra fica subordinado aos “coronéis” que torna as famílias reféns. O local sofre muita pressão da especulação imobiliária, em função da boa localização da ocupação.





**VAMOS  
FAZER  
A RODA  
GIRAR!**



**1**

Quais os sinais de força e resistência das mulheres na luta pelo direito à moradia?

**2**

Que conquistas queremos ver em nossos territórios?

**3**

Como temos fortalecido os espaços de articulação local sobre os conflitos vivenciados por nós no dia a dia?

**DICAS DE  
CINEMA**



### **PUSH: ORDEM DE DESPEJO**

O filme relata sobre o direito à moradia, trazendo questões sobre os preços de imóveis que estão disparando nas cidades ao redor do mundo. As cidades cada vez mais inabitáveis e uma crise crescente que afeta os mais pobres.

### **AÇÃO DE DESPEJO:**

O filme apresenta um jovem advogado que deve despejar um circo, que não paga aluguel.

### **AQUARIUS:**

O filme fala sobre especulação imobiliária, pressões econômicas, tensões de poder e resistência popular. Não poderia ser mais atual!





## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- RioOnWatch. Liderança da Ocupação Quilombo das Guerreiras Compartilhando Memórias de luta e resistências. Disponível em: <https://riononwatch.org.br/?p=16800>. Acesso em setembro de 2020.
- FALCÃO, Monique. FALBO, Ricardo. Quilombo das Guerreiras e Zumbi dos Palmares: Movimentos Sociais pelo Direito à Moradia na Cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/2ba0/1b7a251ee819251bcd342a6147c27f0668ca.pdf>. Acesso em setembro de 2020.
- Raquel Rolnik - <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Remocoes-forcadas-em-tempos-de-novo-ciclo-economico/4/25808> acesso 19 de maio de 2021
- Observatório das cidades - <https://habitacao.observatoriodasmetropoles.net.br/mapeamento-nuth/>
- Habitat para Humanidade Brasil - <http://habitatbrasil.org.br/despejzero>
- Revista de direito da cidade - <https://pt.scribd.com/document/482757585/21442-69426-1-PB-pdf>
- Site a Nova Democracia <https://anovademocracia.com.br/noticias/10143-am-protest>
- Jornal A Crítica - <https://www.acritica.com/channels/manaus/news/area-ocupada-por-indigenas-no-cidade-nova-e-sitio-arqueologico-afirma-mpf>
- A Cidade é Nossa com Raquel Rolnik - <https://raquelrolnik.wordpress.com/tag/jair-bolsonaro/>





Site: [www.jubileusul.org.br](http://www.jubileusul.org.br)



Facebook: /redejubileusul



Instagram: /jubileusul



Twitter: /JubileuSul



YouTube: Jubileu Sul Brasil JS/BR

## PUBLICAÇÕES DA COLEÇÃO

Cartilha 1 | Direito à moradia e à cidade

Cartilha 2 | Resistir na crise: Moradia, Renda e Comida no prato

Cartilha 3 | Conflitos e regularização fundiária: vamos fazer a resistência popular?

Cartilha 4 | O contexto socioeconômico da vida das mulheres no Brasil

Cartilha 5 | Mulheres e espaços de participação popular

Cartilha 6 | Como o orçamento e a dívida pública afetam a vida das mulheres?

Realização



Parceria



Apoio



Cofinanciado pela  
União Europeia